

## ENTRE DIÁLOGOS, NEGOCIAÇÕES E MEDIAÇÕES: A CONFIGURAÇÃO SOCIAL DO *DIÁRIO DOS CAMPOS* E AS REPRESENTAÇÕES EUGÊNICAS

Isaias Holowate<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo estuda a ordenação dos discursos sobre o aprimoramento da raça brasileira com maior aceitação nas páginas do jornal *Diário dos Campos*, em Ponta Grossa no Paraná, entre os anos de 1908 e 1916. Para isso, utiliza-se como fontes as publicações do *Diário dos Campos*, e com base nos conceitos de apropriação e representação busca compreender as relações de poder construídas no ambiente do jornal que permeavam a produção desses discursos e o posicionamento dos colaboradores da publicação em relação a questões centrais do aprimoramento humano no meio local, como o branqueamento, imigração e combate aos venenos raciais.

**Palavras-chave:** *Diário dos Campos*. Racialismo. Relações de poder.

### BETWEEN DIALOGUES, NEGOTIATIONS AND MEDIATIONS: THE SOCIAL CONFIGURATION OF THE NEWSPAPER *DIÁRIO DOS CAMPOS* AND THE EUGENIC REPRESENTATIONS

#### ABSTRACT

This article studies the ordination of the discourses on the improvement of the Brazilian race with greater acceptance in the pages of the newspaper *Diário dos Campos*, in Ponta Grossa in Paraná, between the years of 1908 and 1916. For this, the publications of *Diário dos Campos*, and based on the concepts of appropriation and representation seeks to understand the relations of power built in the newspaper environment that permeated the production of these discourses and the positioning of the publication's collaborators in relation to the central issues of human improvement in the local environment, such as money laundering, immigration and fight against racial poisons.

**Keywords:** *Diário dos Campos*. Racialism. Power relations.

---

<sup>1</sup>Mestre em História, cultura e identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. Paraná. Brasil. E-mail: [isaiasholowate@gmail.com](mailto:isaiasholowate@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

No dia 27 de abril de 1907 era publicado, em Ponta Grossa, no Paraná, a primeira edição do jornal *O Progresso*. Esse periódico, que após 1913, seria renomeado como *Diário dos Campos* representava, para os entusiastas do progresso no meio local, como mais uma conquista para a modernização da cidade. A publicação apresentava desde o início uma relevante tiragem para a sociedade local - inicialmente 300 exemplares – e se afirmava como uma vanguarda intelectual na região com o objetivo de promover o “avanço” da sociedade local e divulgar as conquistas e transformações da cidade,

[o objetivo do periódico era divulgar] os acontecimentos políticos; as atrações culturais; a vida social; os avanços urbanos e tecnológicos e os problemas decorrentes de tais avanços; os acontecimentos fortuitos e pitorescos; quem chegava e quem partia; tudo era objeto das colunas publicadas em *O Progresso* (CHAVES, 2011, p. 30).

As páginas do periódico também apresentavam discussões sobre questões científicas e sociais que inquietavam a intelectualidade local, como era o caso da eugenia. Esta, desenvolvida a partir dos estudos do antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911), era um movimento científico e social que tinha como objetivo o aprimoramento da espécie humana. Todavia, o signo “aprimoramento da espécie humana” que aparece já no livro *Hereditary Genius* (1869) de Galton não significava propriamente um esforço para o aprimoramento de todos os indivíduos da espécie humana, mas a melhoria pela seleção dos grupos considerados por ele como “mais aptos” (GALTON, 1873). Assim, desde os seus primórdios, constantemente associada à raça e nação, a eugenia era seletiva e atendia a interesses políticos especialmente de grupos que possuíam espaço privilegiado de fala. Ao mesmo tempo, marginalizava grupos considerados como “inaptos”, tendo, portanto, de uma seletividade excludente.

[A eugenia] Era, essencialmente, um movimento político, em sua esmagadora maioria composto de membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando a melhorar a condição genética da espécie humana (HOBBSAWN, 1988, p. 221).

Ao ser apropriada para diversas regiões do mundo, tais discursos deram origem a “representações próprias, em muitos aspectos opostas às originais” (STEPAN, 2005, p. 213), amalgamando os signos e significados adquiridos através da leitura de textos e autores eugenistas com as necessidades locais de explicação da realidade. Compreendendo que “a apropriação é criadora, produção de uma diferença, proposta de um sentido possível, porém inesperado (CHARTIER, 2010, p. 25) e constituída nos “usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1991, p. 180) pelas quais o indivíduo internaliza o discurso com base na sua vivência individual, era comum que esse processo desse origem a textos sobre o aprimoramento da raça humana que, embora partissem de leituras dos mesmos princípios escritos por Galton ou seus seguidores, produzissem respostas que eram, em muitos casos, diametralmente opostas aos princípios centrais do antropólogo inglês.

No Brasil, a eugenia esteve desde cedo ligada ao racismo científico, pois a partir do final do século XIX e início do XX os discursos que afirmavam a existência de um atraso nacional compreendiam, como princípio fundamental, a multietnicidade da formação social do país, constituído por um amálgama de grupos e culturas que, por escolha própria ou forçadamente, migraram para o país (SCHWARCZ, 1993). A população nacional era considerada na virada do século XIX para o XX, como não tendo formado sua própria raça, sendo julgado um país miscigenado e atrasado em relação aos países civilizados europeus (HOFBAUER, 1999). Havia nessa época, um discurso que buscava legitimar e ao mesmo tempo exigia ações dos cientistas com o intuito de provocar modificações nesse “atraso” da nação.

Nas páginas do *Diário dos Campos*, tais temas deram origem a diversos textos e debates sobre a situação da evolução racial brasileira e as possibilidades para o aprimoramento da população, nos quais, as representações produzidas pelos colaboradores do jornal eram construídas em meio a leituras e diálogos com discussões científicas sobre essas temáticas.

Assim, mesmo que os textos dos articulistas apresentassem signos e significados da ciência eugênica, as utilizações que eles faziam desses termos era própria da sua individualidade e do ambiente no qual divulgavam suas ideias. Dessa forma, a quase ausência do signo “eugenia” e seus derivados, por exemplo, poderia, à primeira vista, dar a entender um desconhecimento dessa ciência por parte da

maioria dos colaboradores do jornal. Entretanto, a ocorrência de dezenas de referências ao “aprimoramento da raça”, “evolução social”, “seleção social”, “seleção moral”, “processos evolutivos da raça” e combate aos “males raciais”, “venenos raciais” e tantos outros termos cujos significados próximos aos utilizados em outros contextos eugênico-raciais possibilitaram perceber que havia sim a existência de defesa de discursos eugenistas nas páginas da publicação.

Esses signos encontrados nas páginas do jornal local chamam a atenção para o fato que não apenas os significados são alterados aos serem apropriados em um meio social próprio, mas também os signos podem sofrer transformações. Com isso, podem se tornar menos ou mais utilizados. Ou ainda, tendo em vista as alterações no processo de produção das representações, estas podem sofrer alterações tão drásticas de forma a outros signos passarem a ter sentidos próximos ou mesmo análogos a significados anteriormente divergentes. Por isso, no estudo da presença das representações, é preciso também buscar nas entrelinhas e rastrear os sinais de suas ocorrências.

Durante a ocorrência dessas discussões, a redação do periódico constantemente afirmava uma política de liberalidade em relação aos temas publicados, buscando ressaltar uma liberdade de argumentação de seus colaboradores, tal como era afirmado na introdução das edições em inícios de 1913, que “O *Diário dos Campos* para acabar de vez com a imprensa amordaçada e de pequena circulação, comunica a seus leitores que aqui a liberdade é completa, podendo haver polêmicas, entre colaboradores, dentro de suas próprias colunas” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 19 fev. 1913).

Porém, apesar da afirmada liberalidade da redação, ao analisar as publicações do jornal entre os anos de 1908 e 1916, nota-se a existência de uma certa linha central de posicionamentos do jornal sobre os temas seguidamente citados. Tal é o caso do posicionamento seguido em relação a questão racial e do aprimoramento da população brasileira, que tanto no meio nacional quanto nas páginas do *Diário dos Campos* dava origem a discussões sobre princípios e estratégias para a solução do que era considerado como alguns dos principais responsáveis pelo atraso brasileiro em relação aos países da Europa e EUA. Nas páginas do jornal, chamava a atenção o fato que, embora houvessem relativas variações nos eixos e posicionamentos dos

textos publicados sobre o tema, havia um certo padrão central de significados seguidamente reiterados e publicados.

Tendo observado a presença dessa ambiguidade, era preciso não apenas afirmar a sua ocorrência, mas nomeá-la, apontando suas características e especificidades. Além disso, para compreensão dessa ocorrência, se fez necessário o estudo das condições de especificidade de sua produção, o que no caso dos textos publicados no jornal envolvia os lugares de produção, as relações de poder dentro da rede de colaboradores do periódico e a estrutura do circuito comunicativo do jornal.

[é preciso que] cada série de discursos seja compreendida em sua especificidade, ou seja inscrita em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de reconhecimento e de veracidade (CHARTIER, 1991, p. 187).

Para isso, nesse texto, a escrita se realiza em uma inversão em relação ao processo de pesquisa da temática<sup>2</sup>. Enquanto a pesquisa partiu de uma ambiguidade discursiva presente nas fontes, e após a análise do texto motivou a compreensão das relações das representações com a configuração social do circuito comunicativo do jornal, a escrita da história parte de um ponto que se não é inverso, a menos apresenta especificidades próprias, pois parte da compreensão do desenvolvimento do jornal e da sua rede dos colaboradores, para dialogar com os posicionamentos dos articulistas e suas leituras e apropriações em relação às questões mais debatidas sobre a eugenia nas páginas do *Diário do Campos*.

## 2 O JORNAL COMO UMA CONFIGURAÇÃO SOCIAL

Nas páginas do *Diário dos Campos* a redação organizava o que era publicado e determinava – e em alguns casos editava – os artigos publicáveis. Um fato peculiar é que o fundador do jornal, Jacob Holzmann, era maestro da principal banda da cidade - a “Lyra do Campos” -, e não tinha experiência jornalística. Por isso, acabou deixando

---

<sup>2</sup> O historiador Michel de Certeau (1925-1986) esmiúça em “A operação historiográfica” (CERTEAU, 2008, p. 65-119) essa especificidade da prática histórica, pela qual geralmente a escrita parte do ponto final da pesquisa, realizando um processo próprio e, em alguns casos, mesmo inverso.

o comando das publicações quase que inteiramente nas mãos dos redatores do jornal (HOLZMANN, 2004).

Por se tratar de uma produção voltada para seu público, o circuito comunicativo do jornal consistia de uma relação dialógica em que ao mesmo tempo em que influenciava a opinião de seus leitores, ele também era influenciado pelos grupos que acessavam à publicação, fossem eles os patrocinadores, os produtores, os colaboradores ou os consumidores.

Nesse sentido, o Sociólogo Norbert Elias (1897-1990) utilizou o conceito de Configuração social para descrever a dinamicidade e as normas que se constroem em um ambiente social, e que é importante para entender os debates no *Diário dos Campos*. A configuração em um espaço, como entre os indivíduos que acessavam a redação para publicar seus textos, cria um padrão regular – mas também fluído - de normas e ações permitidas, quase como um jogo, com padrões próprios e prêmios específicos do ambiente em questão.

Se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas ações são interdependentes. Neste caso, ainda é possível curvarmo-nos perante a tradição e falarmos do jogo como se este tivesse uma existência própria. É possível dizer: “O jogo hoje à noite está muito lento!”. Porém, apesar de todas as expressões que tendem a objetivá-lo, neste caso o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das ações de um grupo e indivíduos interdependentes. Mostramos que o decurso do jogo é relativamente autónomo de cada um dos jogadores individuais, dado que todos os jogadores têm aproximadamente a mesma força. Mas este decurso não tem substância, não tem de ser, não tem uma existência independente dos jogadores, como poderia ser sugerido pelo termo “jogo”. Nem o jogo é uma ideia ou um “tipo ideal”, construído por um observador sociológico através da consideração do comportamento individual de cada um dos jogadores, da abstração das características particulares que os vários jogadores têm em comum e da dedução que destas se faz de um padrão regular de comportamento individual (ELIAS, 2008, p. 141-142).

Vale lembrar que, no caso do jornal, a configuração social local era móvel e no decorrer do tempo tanto os membros quanto os enfoques do “jogo” tendiam a se alterar. Assim, a aproximação ou distanciamento de um colaborador em relação à redação, mudança de patrocinadores ou mesmo a chegada e apropriação de novos discursos, propendiam a modificar os posicionamentos do jornal em relação a determinadas representações. Porém, a permanência da figura central no topo da configuração durante todo o tempo analisado – o redator Hugo dos Reis - faz com que, apesar de algumas mudanças de personagens do jornalismo local, os enfoques

centrais, as regras e os discursos predominantes no jornal permanecessem relativamente os mesmos.

No caso do periódico, a redação carregava a ambiguidade de promover o discurso que afirmava a existência de uma permissividade em relação aos posicionamentos dos colaboradores e seguidamente se vangloriava de defender a liberdade de expressão, com a existência de regras, que em muitos casos não eram escritas e nem mesmo divulgadas, mas que, ainda assim, estabeleciam quais discursos seriam mais ou menos aceitos na publicação.

Por isso, se havia uma diversidade de temas e posicionamentos publicados sobre a temática da melhoria da raça, também alguns pontos eram mais enfatizados, enquanto que outros tinham menos visibilidade, e em alguns casos, davam origem a réplicas que buscavam desacreditá-los.

Em muitos casos, essas réplicas partiam de indivíduos que possuíam uma relação de maior proximidade com o círculo da redação, o que apontava não apenas a existência de diferentes grupos e níveis de acesso ao discurso, quanto de normas estabelecidas nas relações daquela configuração social que ordenava o que era aceito para ser publicado e a relevância que era colocada em cada discurso.

Algumas representações eram mais repetidas, comentadas, elogiadas e, enquanto que outras eram criticadas, pouco discutidas, ignoradas ou mesmo não aparecem nas discussões do jornal. A partir das representações aceitas ou não, as normas da configuração social que regia as relações no jornal se tornam mais visíveis, tornando-se possível levantar, em meio às séries de textos sobre o tema e um maior número de posicionamentos de colaboradores, os discursos majoritários na publicação com relação a questão do aprimoramento humano entre 1908 e 1916.

Essa ordenação discursiva, presente não apenas nos significados das representações, mas também na própria construção e variação de aceite e publicação revelam, assim, a presença de uma linha de ação, que embora não se afirme enquanto legitimadora de um conjunto de ideias ou restritiva a discursos marginais, não prática ela o são.

O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas, no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder. E com isso não há com que admirarmo-nos: uma vez que o discurso [...] não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o

desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos apoderarmos (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Vale lembrar que em momento algum a equipe diretora afirmou propriamente a existência de um discurso ou posicionamento oficial do jornal em relação ao aprimoramento da raça, buscando sempre reafirmar o discurso da liberdade dos colaboradores de defender seus posicionamentos. Contudo, em meio a um ambiente relacional e hierárquico, como era o caso da redação do jornal, majoritariamente as edições do jornal seguiam de forma mais ou menos próxima as ideias e posicionamentos defendidos por Hugo dos Reis. Este havia conquistado um poder simbólico (BOURDIEU, 1989) a partir da sua reconhecimento em meio ao grupo tanto pelo seu capital intelectual quanto pelas funções centrais que ocupou na publicação, primeiro como redator literário, depois redator, sócio e, finalmente, proprietário do jornal.

Tendo entrado para a redação do jornal em 1908, Reis defendeu nas páginas do jornal uma atuação combativa e conciliadora em direção aos ideais de modernidade urbana que estão presentes tanto nos seus discursos quanto nos dos colaboradores próximos da redação. Tendo o jornal passado por crises financeiras sucessivas, ele foi assumindo cada vez mais responsabilidade pela publicação, sendo que em 1912 foi um dos responsáveis pelo remodelamento da gerência do periódico ao instituir uma sociedade de ações como proprietária do jornal, e em 1915, em virtude de outro agravamento financeiro, ele assumiu as contas e a propriedade da publicação, na qual se manteve até sua saída em 1921.

Com Reis na chefia, a redação se preocupou em construir uma equipe que pudesse colaborar com a publicação. Nos primeiros anos do periódico, não era incomum que todas as matérias de uma edição fossem artigos da redação ou republicações de outros jornais. Nos anos seguintes, foram criadas diversas iniciativas para estimular autores a colaborarem com o jornal, inclusive através de concursos literários<sup>3</sup>, nos quais, a partir de uma temática estabelecida, candidatos escreviam

---

<sup>3</sup> Ocorreram diversos concursos literários, entre os quais o “A noite”, de fevereiro de 1913. Os textos publicados podem ser encontrados na edição de 1 de fevereiro daquele ano (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1 fev. 1913). As críticas, réplicas e discussões permeiam as edições seguintes até por volta do dia 20 do mesmo mês (DIÁRIO DOS CAMPOS, 3-20 fev. 1913).



contos e ensaios que eram publicados no jornal e julgados por um júri formado por personalidades locais e que incluía o próprio Hugo dos Reis (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 fev. 1913).

Com o passar do tempo e o jornal conquistando reconhecimento no meio local e obtendo sucesso em suas iniciativas sociais e culturais, mais personagens passaram a colaborar com o periódico. Com isso, foi sendo consolidada essa configuração social mais complexa do círculo dos colaboradores do jornal, formada pelos membros da redação próximos a Reis, colaboradores esporádicos ou frequentes e correspondentes do periódico (HOLOWATE, 2018, p. 58-59).

### **3 HUGO DOS REIS E A EUGENIA: A POSIÇÃO DO REDATOR**

Na ordenação discursiva do jornal, as publicações constantemente dialogavam com o que era defendido por Reis, seja para reforçar ou alinhar os discursos ou mesmo buscando um reconhecimento junto aos colaboradores do jornal, ao se aproximar da figura do redator.

Com base nessas aproximações discursivas, muitas vezes explicitadas pelos próprios colaboradores, é possível constatar a existência de um discurso majoritário que em muitos pontos se ligava aos posicionamentos do redator. E mesmo havendo variações discursivas, existia um conjunto de assuntos e sentidos utilizado pela maioria dos colaboradores do jornal e constantemente defendido nas páginas do periódico, os quais envolviam o posicionamento sobre a questão da imigração e branqueamento, higiene do corpo e da sociedade, combate a supostos males sociais, defesa da instrução, sanitarismo e aplicação de princípios da Antropometria<sup>4</sup>.

Todavia, também a posição do redator deve ser entendida, em seu aspecto primordial, como um discurso em diálogo com seu público leitor e com os circuitos de

---

<sup>4</sup> No final do século XIX e início do XX a Antropometria era considerada a ciência que buscava analisar as raízes do crime e suas causas, através do estudo das diferentes formações cranianas e dos membros humanos. Desenvolvida a partir dos estudos de Cesare Lombroso (1835-1909) e Enrico Ferri (1856-1929), ela partia do princípio de que o criminoso era biologicamente determinado para o mal, tendendo naturalmente para o crime. Segundo eles, a criminalidade era um mal hereditário. Contudo, também consideravam que fatores sociais como o clima, o grau de cultura e civilização, a densidade de população, o alcoolismo, a prostituição e a religião também influenciavam na formação dos criminosos (LOMBROSO, 2001). O seu aspecto de investigação e intervenção social voltado para o aprimoramento dos grupos considerados mais aptos da sociedade e restrição aos julgados como inaptos, a Antropometria foi uma das principais auxiliares teóricas para as ações eugenistas (HOLOWATE, 2018)

comunicação do jornal. Assim, algumas discussões não aparecem nos artigos, por não atender aos interesses do público, enquanto que outras são mais repetidas, reforçadas e enfatizadas, sempre em diálogo com os leitores. Por isso, havia uma preferência por representações que defendessem uma participação ativa da população brasileira no seu processo de aprimoramento, especialmente através da atuação no meio social. Dessa forma, discursos que afirmavam uma possibilidade de melhoramento racial brasileiro geralmente eram valorizados e mais bem aceitos pela publicação.

Nessas representações, a percepção de alguns termos por Reis é bastante particular e ligada às necessidades de seus discursos. Quando analisados em seus grupamentos de significados e regiões de sentidos, o entendimento da aplicação dessas terminologias por Reis permite a compreensão de diálogos do redator com as questões da sociedade naquele momento, tornando assim possível a análise e a compreensão dos significados aos quais ele se utilizava, não obscurecendo, mas sim enriquecendo os sentidos das falas do indivíduo.

Um exemplo dessas ressignificações das terminologias evolucionistas ocorre em 1914 quando Reis se posiciona sobre a “seleção”, e, especificamente a seleção que apregoava o extermínio dos indígenas e uma inferioridade da raça brasileira.

Não percebemos bem qual a razão porque alguns famosos evolucionistas, catedráticos monistas, gente que pigarra grosso antes de encher a boca com a palavra “seleção”, alguns apenas, (não todos) decretaram sentenciosamente a eliminação do selvícola, como uma medida de aperfeiçoamento da raça humana. [...] E por aí afora dispararam aconselhando, com termos muito velados e torneios velhacos, para não assombrar a burguesia, até a exterminação dos velhos, doentes e inúteis da sociedade. Não admira assim, que alguns sábios germânicos, frementes de exaltação patriótica, proclamem a raça alemã a única capaz e digna de viver com preponderância sobre as demais. Exageremos um pouquinho mais o patriotismo, aliás desculpável, deste último asserto, e chegaremos à conclusão de que, quase só o alemão será digno de viver (REIS, 10 nov. 1914).

Vale lembrar, Reis conhecia a eugenia e a teoria darwiniana. Ele era, inclusive, um leitor e entusiasta de Darwin, sendo um dos autores constantemente citado por ele nas páginas da publicação, desde a época em que atuava como redator literário, quando se utiliza de critérios da seleção e cita Darwin para defender a implantação da lavoura de trigo em Ponta Grossa (REIS, 31 ago. 1909). Assim, nesse texto de 1914,

Reis não estava se opondo aos princípios da Teoria da Seleção Natural, mas sim a alguns significados que a “seleção” estava tomando, e especificamente, algumas ideias ressignificadas alinhadas a eugenia negativa. Nesse artigo, o termo “seleção” tem por significado a seleção humana racializada por interferência restritiva no meio biológico.

A eugenia negativa, aliás, foi constantemente combatida pelo redator do *Diário dos Campos*. Esta tinha por objetivo evitar a propagação de indivíduos considerados pelos eugenistas como inaptos. Os defensores da eugenia negativa defendiam um controle rígido sobre casamentos e reprodução, defendendo a exigência de exames pré-nupciais, desaconselhando o casamento entre indivíduos que apresentassem características disgênicas, como idade avançada, consanguinidade ou disfunções - físicas ou mentais - às quais os eugenistas julgavam passarem características negativas hereditariamente, como a sífilis, a tuberculose, entre outras, e em alguns casos, defendiam também o aborto eugênico, a segregação e esterilização de doentes mentais e outros indivíduos julgados como degenerados (MAI; ANGERAMI, 2006).

Ainda nesse mesmo texto Reis se posiciona contra os princípios de aprimoramento da raça que afirmavam uma inferioridade racial do caboclo brasileiro e a necessidade de controlá-los e eliminá-los, ironizando também outros aspectos da restritividade eugênica como o controle dos doentes e dos indivíduos considerados por alguns eugenistas como inferiores. Convém notar que Reis poderia estar exagerando ao afirmar que, naquele momento, defensores brasileiros da seleção humana aconselhavam o genocídio indígena ou a “exterminação dos velhos, doentes e inúteis da sociedade” (REIS, 10 nov. 1914). Porém, deve-se observar que o exagero utilizado por ele é uma estratégia de discurso para conquistar a opinião do leitor. Essa estratégia permite que ele dialogue e atraia o leitor para se alinhar a esse e outros discursos da redação sobre a questão da seleção humana, como a defesa da influência do meio social no aprimoramento humano e consequentemente de promoção de estratégias de atuação na sociedade para a melhoria da raça ou ainda, para reforçar o discurso de oposição à ideia de superioridade da raça alemã - e inferioridade brasileira -, citado por Reis nesse mesmo discurso (REIS, 10 nov. 1914).

Além de Darwin, Reis – assim como os outros membros da redação - também se apropriavam do discurso sociológico de Euclides da Cunha, o qual também era constantemente citado e teve sua morte lamentada na edição de 1909 (O

PROGRESSO, 19 ago. 1909) e Silvio Romero, que teve diversos textos republicados no jornal<sup>5</sup> (ROMERO, 16 nov. 1909) e também cuja morte foi lamentada em 1914 (DIÁRIO DOS CAMPOS, 21 jul. 1914).

Nota-se que o posicionamento do redator, na maioria das vezes, se aproximava com os princípios de uma eugenia com um viés mais sociológico, próximo dos ideais neolamarckistas, da defesa de uma atuação no meio social para aprimoramento da raça. Isso o distanciava, em muitos casos, dos aspectos biológicos e especialmente da intervenção restritiva que alguns defensores da eugenia - especialmente estadunidenses - propunham<sup>6</sup>.

Deve-se notar também que seus discursos são representações próprias construídas em um determinado espaço e tempo e em estado de constante transformação. Elas envolviam também amálgamas de princípios e apropriações presentes na própria personalidade do redator, como a influência que ele tinha de princípios do espiritualismo científico e do socialismo operário e de seus colegas da redação e colaboradores. Assim, discursos de eugenia negativa normalmente não condiziam com a linha central do posicionamento do jornal. Reis, inclusive, sendo espiritualista e socialista e atuante nas causas sociais na região, não coadunava com as ideias de controle, restrição e segregação dos grupos considerados como disgênicos. Embora discursos de esterilização humana, seleção matrimonial e segregação eugênica apareçam nas páginas do jornal, estas constituíam exceções, ignoradas ou combatidas por Reis e pela redação, e praticamente não possuíam espaço de fala entre os princípios dominantes de aprimoramento humano no circuito comunicativo do jornal (HOLOWATE, 2016; HOLOWATE, 2018b).

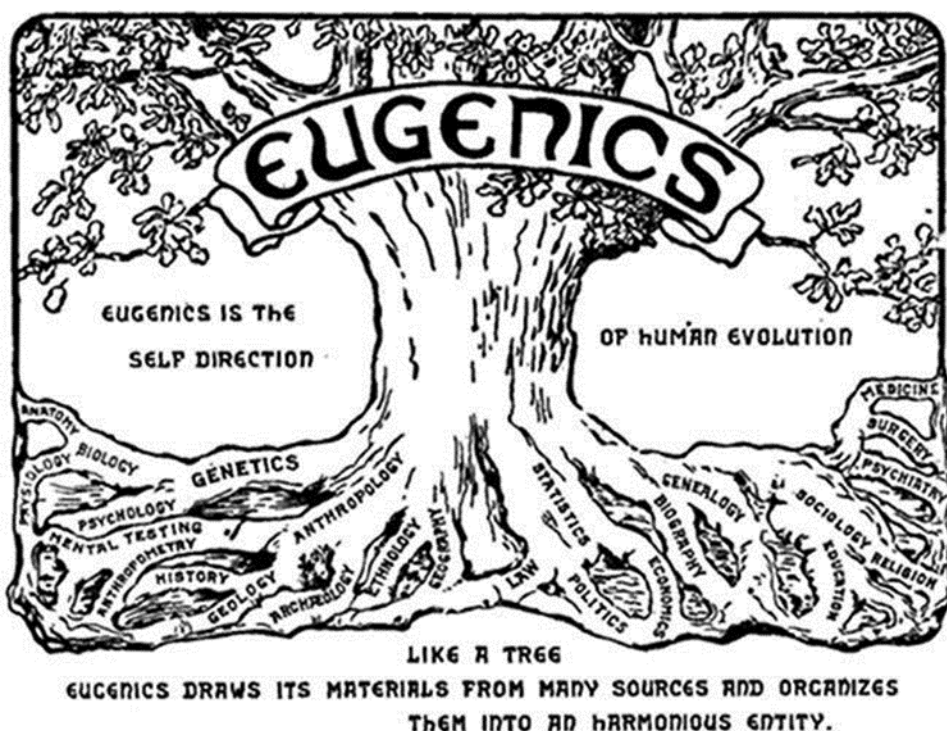
---

<sup>5</sup>O texto republicado em 16 de novembro de 1909 intitulado “O povo brasileiro em suas origens” é, inclusive, um dos mais marcantes textos de Romero, no qual ele defendia a existência de três raças na formação de uma nação brasileira e a colaboração desigual de cada uma delas para a formação da “raça brasileira”. Carvalho Costa (2006, p.161) ao estudar a teoria racial de Romero, aponta que “sua concepção de nação era essencialmente alicerçada em uma tentativa de conciliação entre os conceitos deterministas de raça e meio”, concepção esta que influenciou as representações publicadas no jornal, estando presentes nos discursos de Reis e na opinião majoritária da equipe da redação (HOLOWATE, 2018).

<sup>6</sup>Nos EUA, as estratégias de eugenia restritiva foram divulgadas e implantadas por organismos particulares como o Instituto Rockefeller e o Instituto Carnegie sob o gerenciamento do eugenista Charles Davenport, fundador do *Eugenics Record Office* (ERO) em 1910. Seu programa eugênico envolveu a defesa da proibição de casamentos inter-raciais e inter-eugênicos, controle da imigração e listagem dos indivíduos. Tal política motivou a esterilização de mais de 50 mil pessoas entre 1907 e 1949 (DIWAN, 2007, p. 49).

Isso se torna bastante perceptível ao analisar a reinterpretação que Reis faz do signo da árvore eugênica. Esse signo era bastante usado para representar o ideal das ciências favorecendo na formação de uma sociedade eugenizada, e foi inclusive, o logo da 2ª Conferência Internacional da Eugenia, realizada em New York, Estados Unidos, em 1921.

Figura 1 – A árvore eugênica



Logo da 2ª Conferência Internacional da Eugenia. A árvore eugênica era um signo bastante utilizado pelos defensores da eugenia – principalmente pelos estadunidenses entusiastas da eugenia - para explicar a atuação dessa ciência junto a sociedade. Para eles a eugenia, assim como uma árvore, se apropriava dos conhecimentos de diversas ciências para a promoção do aprimoramento humano. FONTE: ResearchGate

Porém, nas páginas do *Diário dos Campos*, Reis se utilizou desse signo para criticar alguns aspectos relacionados à discursos e práticas da eugenia negativa. Ele afirma que “pela magnífica teoria, uma vez que se obtivesse uma árvore formada, ficava-se com as folhas e cortava-se o tronco, ou conservava-se o telhado de uma casa destruindo o alicerce (REIS, 10 nov. 1914). Ou seja, a utilização que Reis faz da árvore eugênica diz respeito apenas indiretamente ao aspecto teórico da relação entre a eugenia e os discursos científicos. Seu artigo tinha por objetivo atacar os discursos que defendiam práticas de restrições na seleção eugênica. Para Reis, essa “magnífica teoria” quando entendida sem considerar o ambiente brasileiro, significaria “cortar o

tronco” e “destruir os alicerces”, ou seja, restringir e segregar parte da população nacional, que aos olhos dele também deveriam fazer parte do projeto eugênico brasileiro

Outro princípio que está presente nas representações construídas por Reis é a associação entre progresso e evolução, seja como evolução da espécie ou da raça. Sua apropriação dos princípios do argumento evolutivo se mostra nesse discurso ao qual ele defende a importância do meio social para o aprimoramento da espécie.

A biologia social afirma e a prática o verifica, que as evoluções sociais, a vida de qualquer sociedade, como a evolução, a vida dos indivíduos, são resultados fatais da soma dos fatores naturais que lhes dão tal vida, e entre estes, como construtor principal está o meio, que é uma forma do tempo (REIS, 4 fev. 1911)

Em sua publicação sobre a atuação no meio social, Reis defende o branqueamento como um dos remédios para a melhoria do meio local. Em um artigo sobre Itaiacoca, um distrito da cidade de Ponta Grossa em expansão naquela época, ele advogava pela chegada de imigrantes para a promoção da miscigenação e desenvolvimento do que seria uma “raça forte”, afirmando que, “Uma vez que colonos estrangeiros fossem ali intercalados com os nacionais, haveria uma perfeita assimilação e dentro em pouco tempo um povo forte e robusto surgiria dessa gleba privilegiada para a grandeza e prosperidade de nosso Estado” (REIS, 28 mar. 1914).

Nota-se que, além da miscigenação biológica, Reis também defendia uma assimilação cultural em que imigrantes e moradores antigos da localidade seriam intercalados, assimilados e dariam origem a uma população privilegiada e próspera.

Seus textos também envolviam a disciplinarização das condutas que considerava que poderiam conduzir as “pessoas de bem” aos caminhos da “dissolução dos costumes que anda par e passo do progresso e da riqueza pública vai ganhando Ponta Grossa” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 jan. 1913), pois, para ele, a presença de “males sociais” poderia conduzir à “degeneração racial”.

Contudo, apesar de o posicionamento do redator ser central enquanto influenciador das representações presentes no jornal - e em muitos casos a opinião do jornal se confunde com a sua - ele também estava sujeito à configuração estabelecida, e conseqüentemente, também seguia as normas do que era ou não aceito para ser publicado. Isso fica claro, quando durante os debates sobre a

possibilidade da raça brasileira chegar a um estágio considerado como de perfectibilidade pelos colaboradores do jornal mais próximos de Reis, alguns articulistas terem aventado uma inferioridade racial incorrigível em relação aos alemães (HLOWATE, 2018, p. 97-130). Nessa ocasião, alguns colaboradores publicaram réplicas em relação a esses discursos “antipatrióticos” e buscaram articular os posicionamentos do redator com os seus.

Hugo seria incapaz, de asseverar num escrito assinado que os princípios preponderantes da raça brasileira são herança do negro, isto é, o servilismo e a subserviência, porquanto erudito como é, deve saber que os cimentos componentes da nossa raça não se restringem a esses dois fatores de inferioridade patente (JUNQUEIRO; GUERRA, 29 mar. 1916, p. 1).

Assim, embora o discurso do redator fosse predominante na publicação e influenciasse no posicionamento de seus colegas, ele também possuía alguns limites, notadamente ordenados em sua relação e negociações com outros colaboradores do jornal, principalmente os mais próximos da redação.

#### **4 OS COLABORADORES DO *DIÁRIO DOS CAMPOS* E A QUESTÃO DA SELEÇÃO RACIAL**

Virtualmente, qualquer indivíduo alfabetizado poderia ser um colaborador do *Diário dos Campos*. Porém, na prática, apenas alguns indivíduos poderiam ter seus textos lidos, aceitos e publicados. E mesmo entre os textos aceitos, haviam diferentes níveis de reconhecimento dentro da configuração social do jornal.

Assim, mesmo entre os colaboradores havia uma certa hierarquia, tendo em vista que alguns deles tinham mais visibilidade e chance de aceitação de seu texto no jornal que outros. Tal visibilidade era normalmente condicionada ao lugar de fala do autor e ao conteúdo de seu texto, de forma que um médico tinha por sua profissão um lugar de fala privilegiado, e, se propusesse discutir questões médicas ou sociais associadas ao discurso de sua área, suas produções teriam uma maior chance de serem aceitas e publicadas. Já um comerciante que se propusesse a contrapor um discurso acadêmico de um profissional de Direito, por exemplo, teria mais dificuldades de ter seu texto publicado. Assim, por exemplo, um texto do médico Francisco Búrzio sobre a vacinação intitulado “na tecla sensível”, escrito em linguagem acadêmica, foi

publicado como artigo principal em quatro partes nas edições dos dias 14 a 17 de junho de 1915 e comentado e elogiado por Reis na edição seguinte (BÚRZIO, 14-17 jun. 1915, p. 1; REIS, 18 jun. 1915, p. 1). Sendo Búrzio uma personalidade da medicina ponta-grossense naquele momento, seu texto foi bem aceito e ele recebeu amplo espaço no jornal.

Dessa forma, além da qualidade científica e literária de um texto, as diferenças entre o capital simbólico dos articulistas também influenciavam na aceitação de uma colaboração.

[...] as diferenças objetivas, inscritas nas propriedades materiais e nos lucros diferenciais que elas trazem, se convertem em distinções reconhecidas nas e por meio das representações que fazem e que formam delas os agentes. Toda diferença reconhecida, aceita como legítima, funciona por isso mesmo como um capital simbólico que obtém um lucro de distinção. O capital simbólico, com as formas de lucro e de poder que assegura, só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas [...] e indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a reconhecer (no duplo sentido do termo) essas propriedades, ou seja, a instituí-los como estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força. (BOURDIEU, 2013, p. 111-112).

Porém, não apenas a especialidade acadêmica e a posição social eram critérios que definiam o reconhecimento e o interesse de produção e publicação de discursos sobre um determinado tema - como a eugenia – no jornal. Fatores econômicos e até mesmo laços afetivos influenciavam no aceite e espaço dado aos textos<sup>7</sup>.

Ao mesmo tempo maioria dos casos um artigo não dava origem a longos debates, sendo que geralmente os posicionamentos de colaboradores e membros da redação eram publicados em uma ou duas edições e davam ensejo a curtos debates que envolvia no máximo uma réplica ou uma tréplica.

A brevidade dos debates, além de apontar para uma certa concordância ou, em alguns discursos, uma discordância total, demonstra, também, uma certa estabilidade do discurso da publicação, pois, mesmo nos casos de discordância completa, ela

---

<sup>7</sup> Tal é o caso de Carvalho Guimarães, por exemplo. Além de ser economicamente bem estabelecido e intelectualmente aceito, Guimarães também possuía uma relação afetiva bem próxima de Reis, apresentando ideias próximas com relação ao aprimoramento da raça e atuando na greve de 1917 (DIÁRIO DOS CAMPOS, jul. 1917). Foi inclusive chamado de “defensor ardente de todas as liberdades, beleza moral, intelectual e material” em uma nota da redação (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 jul. 1916, p. 1;).



envolvia também um dissentimento até mesmo de outros membros do circuito comunicativo, como leitores e patrocinadores. Quando a discordância era total ou próxima a isso, não havia a necessidade de oposição da redação ao discurso publicado.

Um dos aspectos constantemente reforçados na publicação eram os discursos que defendiam o branqueamento como uma possibilidade para o aprimoramento racial do país. Nesse aspecto, as ideias defendidas na publicação iam de acordo com os ideólogos do branqueamento que acreditavam ser possível um aprimoramento da raça miscigenando a nação, o que daria origem a uma raça tipicamente brasileira, e entendida por eles como superior, através da reprodução entre os indivíduos de raça branca com de raças consideradas por eles como inferiores.

A teoria brasileira do 'branqueamento' [...] [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil [...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos 'raça mais adiantada' e 'menos adiantada' e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia 'naturalmente' uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas (SKIDMORE, 1976, p. 81).

A defesa do branqueamento tinha, entre seus principais defensores, o constantemente citado pelo *Diário dos Campos*, Silvio Romero, que defendia que “Em nenhuma outra região deu-se em tão larga escala a mescla de gentes diversas como no Brasil. [...] De todas essas origens, vai saindo o brasileiro, por excelência o tipo de hoje, e ainda mais característico – o do futuro” (ROMERO, 16 nov. 1909, p.1), pois “Pela seleção natural [...] o tipo branco irá tomar a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo” (ROMERO, 1880, apud SKIDMORE, 1976, p. 53).

Essa “saída brasileira” foi divulgada e propagandeada até mesmo para o público estrangeiro, envolvendo a participação do então Diretor do Museu Nacional João Batista Lacerda no I Congresso Internacional de Raças, realizado em Londres em 1911, onde expôs o argumento já conhecido entre os defensores do branqueamento no Brasil (HOFBAUER, 2002, p. 7-12) de que “O Brasil mestiço de

hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (SCHWARCZ, 1994, p. 138).

A realização desse evento foi divulgada em grandes jornais do país e O *Progresso* republicou em 18 de maio de 1911 um artigo do jornal *Estado de São Paulo* sobre o Congresso. O discurso do jornal considerava que a “melhoria da nação” envolveria também a participação dos poderes públicos para a realização do aprimoramento racial, pois a questão do progresso, segundo ele, estava intrinsecamente ligada a melhoria da raça.

Uma das coisas mais difíceis, mais demoradas, é sempre o entenderem-se os poderes públicos de cada espécie todas as vezes que, para um fim qualquer, é preciso que convirja a ação de ambos para a realização deste ou daquele melhoramento, e isso porque ainda não chegamos a separar política de administração, apesar de todo o nosso puff de nação civilizada. Está na massa do sangue; é a raça (O PROGRESSO, 18 maio 1911).

Segundo os significados construídos nas páginas do jornal, essa questão abrangia não apenas estratégias de estímulo ao aprimoramento da espécie, mas também, artifícios que visassem impedir que o oposto, a degeneração da raça, ocorresse. Por isso, a equipe da redação e colaboradores próximos buscavam criar um ambiente que funcionasse como um espaço de discussão e defesa não apenas das ferramentas para o que se considerava ser a evolução da raça, mas também do controle dos possíveis ameaçadores que, segundo eles, causariam o perecimento da mesma.

Entre as representações presentes nas discussões no jornal, é preciso levar em conta que, para os articulistas, até mesmo o ideal de branqueamento tinha algumas regras na sua aplicação. Alcides Ribeiro, filho de fazendeiros, formado na Escola Normal de Curitiba e professor de primeiras letras em Ponta Grossa (DIÁRIO DA TARDE, 26 out. 1906), estava entre aqueles que acreditavam em uma melhoria através do branqueamento. Contudo, a miscigenação racial deveria excluir alguns grupos, pois, segundo pensava, a presença desses indivíduos era um dos responsáveis pelo atraso do país.

A raça que se forma no Brasil, devido ao elemento negro, é uma raça inferior, que geralmente degenera. Essa raça vinda da África tem causado um imenso prejuízo ao teu país. Há de ser difícil de ele se poder livrar dessa influência má, que lhe tolhe os passos a todo momento (RIBEIRO, 27 set. 1920, p. 1).

Nesse aspecto, a posição hegemônica do jornal coadunava com a de Ribeiro, também propagandeando que alguns cruzamentos deveriam ser restringidos, como ligações de determinados indivíduos de “raças” consideradas inferiores com superiores, e cruzamentos de indivíduos tidos como degenerados, doentes ou ambos.

Os discursos no jornal, estando mediados e negociados em um ambiente relacional, faziam com que houvesse uma proximidade entre suas ideias, e mesmo que alguns colaboradores costumassem produzir textos sobre um ou outro aspecto da questão, o eixo central das ideias que moviam seus discursos era próximo, tornando possível observar uma espécie de linha de ação da redação do jornal, na qual o branqueamento era considerado um aspecto fundamental para a eugeniização brasileira.

Nessa perspectiva, a questão do branqueamento dava ensejo a discursos no jornal sobre as políticas de imigração, e especificamente, sobre a inserção de determinados grupos na região. Para os articulistas do jornal, a entrada de estrangeiros poderia significar um acréscimo de população eugenicamente superior que alavancaria a evolução da raça, mas também, se não selecionados, a inserção de grupos considerados inassimiláveis, eugenicamente defeituosos, e que tornariam as condições de degeneração da raça ainda mais contundentes. “Enquanto em todos os países do mundo os imigrantes japoneses são considerados indesejáveis, o Brasil lhes abre portas para satisfazer os magnatas de São Paulo, muito embora tal política crie embaraços, no futuro para a nação brasileira” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 jul. 1921).

Schwarcz, ao estudar os discursos contra a imigração no final do século XIX em São Paulo, também notou esses princípios de restrições à imigração de determinados grupos, e aponta que os defensores desses posicionamentos consideravam os imigrantes orientais e africanos como “inassimiláveis, portadores de línguas e costumes estranhos aos nossos, praticantes do suicídio e do ópio” (SCHWARCZ, 1994, p. 142).

Contudo, no Brasil a questão da imigração envolveu um arcabouço de ideias e possibilidades própria pensadas também com o objetivo de promover a desejada melhoria das futuras gerações da nação. Sendo a miscigenação considerada como um dos “remédios” para a questão da raça, o enfoque principal para um aprimoramento da sociedade não poderia ser, tal como nos EUA, de blindar o “material

genético” restringindo a chegada de imigrantes (LEHTINEN, 2002, p. 69-125), mas de estimular a chegada de indivíduos de “raças superiores” e, com isso, possibilitar uma aceleração no processo da desejada - pelos entusiastas do aprimoramento humano - melhoria da nação.

Já em 1910, o artigo “Assimilação estrangeira” tinha como temática central a necessidade e as “vantagens” da assimilação dos imigrantes, e buscava enfatizar sobre a possibilidade de importar grupos de indivíduos considerados “racialmente superiores”. Propondo-se colocar em um viés de uma análise científica, a redação pretendia defender a miscigenação com os estrangeiros europeus, da qual, segundo eles, adviria uma “raça pura” e com qualidades superiores no Estado do Paraná.

Considerando a imigração paranaense, sente-se de um conjunto, primeiro, o núcleo brônzeo da raça imperialista, a infibratura dos filhos do Paraná, cujas características étnicas gerais são os próprios brasileiros, inteligência, audácia, ímpeto, bravura generosa, que em um cinquentenário apenas vem trazendo o estado mais moço da República [...] ao lugar proeminente que ocupa na exportação, na história, nas letras, em toda a vida nacional. De outra parte sente-se, o contingente estrangeiro de assimilação lenta, em várias gradações, que, certo, no decurso de anos, na integração dos diversos componentes físicos dessas raças diversas, formarão no laboratório do tempo uma raça típica, ora em formação, a qual, em futuro não muito remoto, permitirá, pelos caracteres fisiológicos, pela frenologia<sup>8</sup>, distinguir o homem do Paraná (O PROGRESSO, 8 set. 1910).

Assim, a assimilação estrangeira era vista como um dos elementos cruciais para a formação da população paranaense, a qual, segundo a redação, daria origem à raça superior em um processo “não muito lento”, na qual as raças imigradas iriam se adaptar às normas administrativas e culturais da sociedade paranaense, ao qual juntariam suas “qualidades raciais”.

Essas raças vêm absorver o arcabouço do estado constituído pela nacionalidade brasileira, de forma sob o ponto de vista social e político, isto é, de adoção da nacionalidade, de interesses, de patriotismo, uma colonização de agregação que aos poucos se torna em segregação do centro, do âmago, do eixo, da origem (O PROGRESSO, 8 set. 1910).

---

<sup>8</sup>A Frenologia era a ciência que buscava identificar, a partir do estudo físico do formato da cabeça e suas protuberâncias, as características psicológicas e a personalidade do indivíduo. Essa ciência foi especialmente utilizada para identificar os criminosos e indivíduos que supostamente sofriam da disfunção criminativa, e seus defensores acreditavam que, a partir dela, seria possível identificar os prováveis criminosos, mesmo antes de cometerem o crime (MENDES, 2006). Nas páginas do *O Progresso/Diário dos Campos* a frenologia aparece também como uma das ferramentas que poderia favorecer no aprimoramento humano (HOLLOWATE, 2018, p. 84, O PROGRESSO, 8 set. 1910, p. 1).

Entre os grupos de imigrados, havia uma certa predileção pelos euro-latinos, e especialmente, pelos imigrantes italianos, que são seguidamente citados. A imigração italiana, inclusive, deu ensejo à publicação de um discurso do criminologista italiano Enrico Ferri (1856-1929) em que defendia a imigração na América do Sul, transcrito no jornal nas edições desde 8 de abril até fins de maio de 1911. Inclusive no artigo “A assimilação estrangeira”, a redação já havia afirmado que “Havemos, pois, tendo em vista a urgente necessidade da colonização rural do nosso estado, e particularmente de Ponta Grossa, de escrever sobre a conveniência da imigração italiana para a cultura dos nossos campos (O PROGRESSO, 8 set. 1910).

Outro discurso cuja temática central era a questão da seleção imigratória é o artigo “A imigração selecionada”, em que se tratava da possibilidade de uma companhia norte americana trazer ao Brasil apenas imigrantes que possuíssem um certo valor em bens materiais. Para a redação, esse tipo de imigrante era especialmente positivo, pois, o fato de ter acumulado capital monetário era, para eles, uma das provas de sua aptidão eugênica.

Se de um lado a solidariedade humana e as leis da humanidade, bem como a biologia social, aconselham a um país receber ainda mesmo que os restos doentes decepados dos organismos de outros povos, em determinado meio, visto que em outro essas parcelas doentes poderão com a transplantação e a aclimação desenvolver as melhores qualidades latentes, hereditárias ou atávicas, todavia, o critério da seleção, pela fortuna, se bem que ainda falho, é todavia um critério aplicável na escolha de colonos cujos haveres denotem certamente uma seleção originária já em caminho de aperfeiçoamento, que aqui mais rápido se acentuará (O PROGRESSO, 9 fev. 1911).

Se por um lado é peculiar a fortuna ser utilizada como um dos critérios para averiguar a qualidade eugênica do indivíduo, por outro, o mesmo texto faz uma crítica aos grupos de imigrantes que chegavam ao Brasil sem ter nenhuma condição monetária para se estabelecer. Para a redação, embora o segundo grupo fosse também necessário, o primeiro era preferível.

Assim, com a defesa de uma imigração seletiva, o jornal apontava que alguns grupos deveriam ser mais bem aceitos que outros. Em alguns momentos, a redação do periódico se propôs a fazer uma espécie de propaganda de alguns grupos de imigrantes, o que aponta também para os desafios que levaram à necessidade da ocorrência dessa publicidade.

Um caso especial é o artigo de 22 de junho de 1909, que trata da colônia Síria em Ponta Grossa, na qual a redação do jornal defende esses imigrantes da acusação de serem responsáveis pela introdução de uma série de “males raciais” na população local, oriundos da vinda do jogo do bicho da qual advinha “a corrupção e a desgraça”, e que estariam favorecendo a degeneração da sociedade<sup>9</sup>. O jornal, em um discurso apologético, defendia que a presença dos imigrantes sírios era um componente positivo para a sociedade local, pois tratavam-se principalmente de comerciantes, o que, de acordo com o discurso do jornal, condizia com o ideal de progresso da cidade. “A colônia Síria, como toda colonização que procura as vantagens de nossa terra, onde a tudo a fazer, diligencia, e nas razões de suas forças e inteligência concorre para o engrandecimento da pátria a qual se filiam os seus como bons brasileiros” (O PROGRESSO, 22 jun. 1909).

Um aspecto a ser considerado é que a necessidade de publicação desse texto também deixa nas entrelinhas a existência de discursos entre grupos de indivíduos da sociedade local que se colocavam em oposição à vinda de imigrantes do Oriente Próximo. O jornal não deu espaço à publicação desse posicionamento oposto às suas convicções, mas citou que o mesmo foi publicado em “um jornal cujo nome ocultamos” (O PROGRESSO, 22 jun. 1909). Com isso, nota-se que, embora O Progresso se esforçasse para criar um discurso dominante sobre a necessidade do branqueamento, da chegada de imigrantes e buscasse defender o estabelecimento de critérios para a seleção dos mesmos, havia outros indivíduos que se opunham aos princípios e que por isso, em determinadas situações, podiam ter espaço negado nas páginas do impresso.

Além do jogo do bicho, outros “venenos raciais” eram constantemente combatidos nas páginas da publicação. Estes, também citados como “males raciais”, eram mecanismos do meio social que, segundo os cientistas daquela época, se apropriados pelo indivíduo, provocariam a sua degeneração racial e causariam a deterioração da raça (SALEEBY, 1910). Segundo os articulistas do Diário dos Campos, os “venenos raciais” poderiam ser transmitidos para seus descendentes, e

---

<sup>9</sup>Sobre a introdução do jogo do bicho, não foi possível determinar quem trouxe a Ponta Grossa. Porém, o jogo do bicho era tão presente em Curitiba e Ponta Grossa que era motivo de sátiras do jornal *O olho da rua* de Curitiba, que em versos brincava que “Há ou não há o jogo do bicho em Ponta Grossa? Eu creio que não existe lá como não existe aqui” (O OLHO DA RUA, 1909). A ironia dos versos confirma que havia o jogo do bicho em ambas as cidades.

com isso, a presença dos “males raciais” causaria a degeneração das futuras gerações e o atraso e impedimento do aprimoramento da população (O PROGRESSO, 13 jan. 1910; DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 jan. 1913).

Tal discussão também era presente no meio nacional, no qual o alcoolismo, a vagabundagem, a prostituição e doenças como a sífilis eram apontados como os principais “venenos raciais” (STEPAN, 2005). No meio local também incluía os jogos de azar, a criminalidade e a falta de instrução popular, que eram citados como elementos causadores da degeneração racial, pois, segundo os defensores desse discurso, criavam um ambiente propício para a propagação desses males.

No meio ponta-grossense constantemente se denunciava a presença do jogo – jogos de azar, principalmente o jogo do bicho -, a prostituição, o alcoolismo e a vagabundagem, como males que eram responsáveis pela “destruição dos lares” (JOÃO DAS ARÁBIAS, 10 fev. 1914, p. 1) e, conseqüentemente, pelo que se considerava o deterioramento das futuras gerações, que, segundo afirmava a opinião do jornal, viviam em um ambiente “dissoluto” e tenderiam a adquirir as características negativas do meio social (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 jan. 1913) passando-as através da hereditariedade.

Nos discursos no jornal, uma das características principais desses “males” era a sua ocorrência enquanto um conjunto. A vagabundagem, a bebedeira, a criminalidade e a prostituição, enquanto “elementos perversores” da raça, apareciam conjuntamente no decorrer de uma vida construída em meio aos males raciais. A redação buscou descrever uma trajetória seguida por um indivíduo dominado pelos venenos raciais. A trilha começava com a prostituição, sendo ele “fruto do amor e prova do crime” e que, por consequência, havia dado origem a um ser negativo e causador de males à sociedade, apresentando a diversidade dos venenos raciais. Considerando o degenerado um “bêbado por criação”, o impresso afirmava que “Um assassino sai muitas vezes, de uma garrafa. O vinho, propriedade tenebrosa, combina-se ao sangue. [...] A bebedeira seguiu-se o delirium tremens<sup>10</sup> Naquele cérebro de perversidade passou um terremoto de loucura. (JUNQUEIRO E GUERRA, 2 ago. 1910, p. 1).

---

<sup>10</sup>Estado convulsional breve, acompanhado de perturbações somáticas, que usualmente acomete usuários de álcool gravemente dependentes em abstinência absoluta ou relativa (LARANJEIRA et al, 2000).

Estando Ponta Grossa em meio a um processo de urbanização, a redação lamentava constantemente a instalação e presença de casas de prostituição na cidade. A prática dá ensejo à publicação de diversos artigos, incluindo o editorial intitulado “O caftismo em Ponta Grossa” condenando a prática e a considerando com um veneno que conduziria à “perdição” da raça. Em meio às marcas de modernidade, o jornal utilizava de letras contundentes para destacar a presença desses estabelecimentos que julgava ser um problema para o avanço da cidade.

A dissolução dos costumes que anda par e passo do progresso e da riqueza pública vai ganhando Ponta Grossa. Não poucas mulheres têm sido arrastadas a prostituição, seduzidas pelo palavreado insinuante dos cafténs que as levam para a abjeção do lupanar, em que impera um vício baixo, sujo, repugnante, animalizado, bestialmente estúpido (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 jan. 1913)<sup>11</sup>.

A redação do jornal já afirmara que “havemos de ter sempre à mão um ferro em brasa para cauterizar esses cancros”, e, entre outros colaboradores, também o professor Alcídio Ribeiro defendia que: “Todos os que tem a alma propensa a caridade e ao perdão; todos que se interessam pela perfectibilidade humana, devem insurgir-se contra os males sociais, contra o vício, contra o alcoolismo e o jogo” (RIBEIRO, 4 fev. 1914, p. 1).

Para os colaboradores do jornal, a presença desses espaços que consideravam ser lugares de propagação do atraso racial tinha como resultado o desregramento da sociedade, a qual, segundo alguns deles, estava em um processo de desorganização que corria risco de conduzir a um caminho de consumada degeneração da população. Também o colaborador do *Diário da Tarde* e, naquele momento, estudante de Direito Jaime Ballão Junior, em uma colaboração ao jornal, acusava a presença dos males raciais enquanto um elemento de involução da sociedade, afirmando que a degeneração social era um fato consumado, devido às más condições a que a sociedade vivia:

---

<sup>11</sup>Rago aponta que era comum no início do século XX, não apenas entre a população leiga, mas principalmente entre os doutores e cientistas brasileiros a presença de discursos que associavam a prostituição nas cidades urbanizadas à dissolução dos costumes e à “degeneração da raça” (RAGO, 1990).



Não há mais dúvida a decadência moral, dissolução dos sentimentos, e, o forte predomínio dos instintos sobre a razão, marcam, a ferro e fogo, o século da eletricidade. Voltamos a presenciar, absortos, magoados, sob a pressão de um desespero sem fim, e de uma tortura requintada, o espetáculo da decomposição social, apanágio das raças vencidas pela sensualidade e pelo ardor (BALLÃO JUNIOR, 6 mar. 1914, p. 1).

Em meio a uma produção jornalística que apontava para uma diversidade de questões e proposições sobre o aprimoramento e a degeneração dos cidadãos, o professor Ernesto Penteado<sup>12</sup> buscou construir em um texto sobre quais seriam as causas da presença desses problemas que causariam a degeneração da sociedade. Segundo ele, a primeira seria “a causa de natureza antropológica, [que] vamos encontrá-la frisante, na alma ainda anarquizada da raça. Como já nos definiu um ardoroso escritor, somos um povo de explosões”. A segunda seria psicológica e social, pois, para ele, os grupos que deveriam lutar para melhorar as condições do meio combatendo os males raciais não agiam de forma tão atuante quanto deveriam. Para ele, as “instituições moralizadoras” da sociedade como a justiça, os jornais, a polícia e os políticos, deveriam atuar de forma mais combativa para a propagação de ideias e práticas para a melhoria moral e da raça (PENTEADO, 21 dez. 1916, p. 1).

Dessa forma, o jornal “feito da vida de cada cidadão, as quais no conjunto representam a imprensa de uma sociedade” (O PROGRESSO, 15 jun. 1909), precisava continuar se apresentando como uma ferramenta de atuação no meio social que condissesse com as expectativas de progresso da cidade.

Contudo, apesar das campanhas da redação contra a existência desses “venenos raciais” na sociedade ponta-grossense e de estabelecimentos especialmente alvos enquanto centros de proliferação dessas práticas, é provável que os ataques não surtiam o efeito desejado, pois em 1914 - e, portanto, cinco anos após o primeiro artigo citado sobre o tema – o jornal noticiava que “continua-se jogando descaradamente em sórdidos bordéis que ao bem da higiene a muito deveriam estar fechados” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 ago. 1914).

Assim, em muitos momentos, o discurso da redação do jornal buscou descortinar e apontar a presença do que considerava ser os problemas de

---

<sup>12</sup>Penteado era professor, escritor e possuía experiência no meio jornalístico. Em uma carta ao Diário da Tarde publicada em 20 de abril de 1908 ele afirmava que “o magistério e a imprensa tem sido os dois campos de luta da minha vida”. Na mesma carta, solicitava ao jornal a divulgação de sua atuação como educador de adultos e professor particular, tendo militado em questões literárias e publicado cinco livros (PENTEADO, 20 abr. 1908, p. 1; HOLOWATE, 2018).

eugenização da sociedade local. Ao mesmo tempo também abrangeu a divulgação de ações que visavam à promoção de um aprimoramento da sociedade, fosse através de textos em favor da família, raça e sociedade civilizada, ou mesmo de práticas de organização e controle social. Tais discursos, mesmo que ligados às ideias de aprimoramento da sociedade, também os mesclavam com outros discursos, fossem eles científicos ou mesmo de tradições discursivas do meio local.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas do jornal *Diário dos Campos* entre 1908 e 1916 ocorreram uma quantidade relevante de discursos sobre a questão do aprimoramento da população brasileira. Embora apresentassem divergências entre si, na maioria dos casos, o constante diálogo entre os colaboradores e as restrições invisíveis do jogo da configuração simbólica do jornal local fazia que houvesse uma linha mais ou menos oficial da publicação sobre a questão.

Como foi visto, essa “linha editorial” não era afirmadamente rígida, permitindo, mesmo entre os colaboradores próximos da redação, variações de posicionamento, ao mesmo tempo em que a política de publicação permitia a presença de discursos que, em diversos aspectos, eram divergentes da “espinha dorsal” da posição da redação.

Assim, as publicações do jornal sobre a eugenia raramente envolviam restrição rígida ou negação de espaço para ideias divergentes. Na maioria das vezes, a linha editorial se caracterizava por uma liberdade de expressão consentida, marcada por negociações, disputas e diálogos retóricos em que as representações produzidas em “um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades” (CHARTIER, 1991, p. 178), se constituíam em um processo de re/construção e fluída transformação dos princípios de melhoria da raça no meio local.

Porém, a presença de uma figura de poder soberana na publicação fazia com que as restrições - embora não se afirmassem publicamente - continuassem existindo. “A lei está fora de si mesma” e “eu, o soberano, que estou fora da lei, declaro que não há um fora da lei” (AGAMBEN, 2010, p. 22-23), também comportam a ideia dessa presença soberana na configuração do jornal que criava a ambiguidade simbólica

analisada no texto: Embora Reis afirmasse que havia uma liberalidade na publicação de artigos sobre a temática do aprimoramento da raça humana, na prática havia uma linha central dos discursos publicados. E isso se dava justamente porque esse redator tinha o poder para afirmar uma permissividade, ou rechaçar discursos que não lhe agradavam. E como aspecto final, o redator, mesmo sendo o detentor da lei, também se afirma abaixo da mesma.

Dessa forma, a eugenia no jornal entre 1908 e 1916 se caracteriza por uma linha relativamente fluída de posicionamentos dos colaboradores da publicação, mas cimentada com alguma rigidez em decorrência das negociações e relações estabelecidas e em processo de construção entre os membros da configuração social do jornal. Ao mesmo tempo, as linhas de publicação eram especialmente influenciadas pela personalidade do redator e suas relações discursivas com os outros articulistas do jornal, marcadas por um posicionamento aguerrido voltado para a atuação no meio social, defendendo o branqueamento, seleção imigratória, combate aos “venenos raciais” e uma oposição fervorosa às práticas de eugenia negativa.

## FONTES

A POSTER from the 1921 Second International Eugenics Conference promising self-directed human evolution with a “harmonious” result. **ResearchGate**. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/figure/A-poster-from-the-1921-Second-International-EugenicsConference-promising-self-directed\\_fig1\\_47645067](https://www.researchgate.net/figure/A-poster-from-the-1921-Second-International-EugenicsConference-promising-self-directed_fig1_47645067)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BALLÃO JUNIOR, J. Pão e cyrco. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 06 mar. 1914.

**DIÁRIO da Tarde**. Entre Rios. Curitiba, 26 out. 1906.

**DIÁRIO dos Campos**. Concurso literário: O júri, classificação dos trabalhos, outros concursos. Ponta Grossa, 10 fev. 1913.

\_\_\_\_\_. Ponta Grossa, 19 fev. 1913.

\_\_\_\_\_. Nota da redação, Ponta Grossa, 15 jul. 1916.

\_\_\_\_\_. Sylvio Romero, Ponta Grossa, 21 jul. 1914.

\_\_\_\_\_. O caftismo em Ponta Grossa, Ponta Grossa, 7 jan. 1913.

\_\_\_\_\_. Emigração japonesa, Ponta Grossa, 15 jul. 1921.

\_\_\_\_\_. O jogo, Ponta Grossa, 12 ago. 1914, p. 1.

JOÃO DAS ARÁBIAS. A torto e a direito. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 10 fev. 1914.

JUNQUEIRO E GUERRA. A Guerra Alemã. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 29 mar. 1916.

\_\_\_\_\_. O analfabetismo. **O Progresso**. Ponta Grossa, 2 ago. 1910.

**O OLHO DA RUA**. Curitiba, 1909.

**O PROGRESSO**. A colônia Síria em Ponta Grossa, Ponta Grossa, 22 jun. 1909.

\_\_\_\_\_. Euclides da Cunha, Ponta Grossa, 19 ago. 1909.

\_\_\_\_\_. Pequenas notícias, Ponta Grossa, 18 mai. 1911.

\_\_\_\_\_. Assimilação estrangeira, Ponta Grossa, 8 set. 1910.

\_\_\_\_\_. Imigração selecionada, Ponta Grossa, 9 fev. 1911.

\_\_\_\_\_. Antonio Alves de Araújo, Ponta Grossa, 15 jun. 1909.

\_\_\_\_\_. Vergonhoso, Ponta Grossa, 13 jan. 1910.

PENTEADO, E. Por que o brasileiro não lê. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 21 dez. 1916.

\_\_\_\_\_. Magistério. **Diário da Tarde**, Curitiba, 20 abr. 1908.

REIS, H. A cultura do trigo. **O Progresso**, Ponta Grossa, 31 ago. 1909.

\_\_\_\_\_. A mesa da redação. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 1 ago. 1914.

\_\_\_\_\_. A pacificação dos índios. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 10 nov. 1914.

\_\_\_\_\_. Ao comércio. **O Progresso**, Ponta Grossa, 4 fev. 1911.

\_\_\_\_\_. Itaiacoca. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 28 mar. 1914.

RIBEIRO, A. Buenos Ayres por dentro. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 27 set. 1920.

\_\_\_\_\_. O alcoolismo e o jogo. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 4 fev. 1914.

ROMERO, S. O povo brasileiro em suas origens. **O Progresso**. Ponta Grossa, 16 nov. 1909.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. Capital simbólico e classes sociais. Trad. Fernando Pinheiro. **Novos estudos**. São Paulo, v.32, n. 2, p. 105-115, jul. 2013.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. “Escutar os mortos com os olhos”. Trad. Jean Briant. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. Trad. Andréa Daher e Zenir Campos Reis. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHAVES, N. B. **Entre “preceitos” e “conselhos”**: Discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2008, p. 65-119.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GALTON, F. **Hereditary Genius**: an inquiry into its laws and consequences. Disponível em: <<http://www.mugu.com/galton/books/hereditary-genius/text/pdf/galton-1869-genius-v3.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Hereditary improvement**. Disponível em: <<http://www.galton.org/books/human-faculty/index.html>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

HOBBSAWM, E. **A era dos impérios - 1875 – 1914**. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOFBAUER, A. Ideologia do branqueamento: racismo à brasileira. **Anais do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Porto, FLUP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

HOLLOWATE, I. **A eugenia nas páginas do jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa (PR) 1908-1916.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2018.

\_\_\_\_\_. **“A esterilização Humana” e a eugenia nas páginas do Jornal O Progresso:** Entre sinais, presenças e ausências. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2018.

\_\_\_\_\_. Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto. **Revista Epígrafe**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 35-56, 2016.

HOLZMANN, E. **Cinco histórias convergentes.** Ponta Grossa: UEPG, 2004.

LARANJEIRA, R. et al. Consenso sobre a síndrome de abstinência do álcool (SAA) e o seu tratamento. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, n. 22, v. 2, p. 62-71, 2000.

MAI, L. D.; ANGERAMI, E. L. S. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. **Rev. Latino-am Enfermagem**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 251-258, mar./abr. 2006.

MENDES, D. J. A classificação dos criminosos segundo: Lombroso, Ferri e Garófalo. **Revista Jurídica Online.** Paracatu/MG: Faculdade Atenas, 2006.

RAGO, L. M. **Os prazeres da noite:** prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Tese (Doutorado) Universidade de Campinas. Campinas, 1990.

SALEEBY, C. W. Racial poisons. **The eugenics Review.** Londres, v. 2, n.1, p. 30-52, 1910.

SCHWARCZ, L. M. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, T. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

**Artigo recebido em: 22/03/2019**

**Artigo aprovado em: 05/07/2019**

**Artigo publicado em: 15/07/2019**